

A era dos estudantes: Rio de Janeiro, 1964-1968

The student era: Rio de Janeiro, 1964-1968

Marcelo Nogueira de Siqueira

Bacharel em Arquivologia (UNIRIO), mestre em História Social (UERJ), arquivista e atual coordenador de documentos audiovisuais e cartográficos do Arquivo Nacional. Professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos (UNIRIO). Membro do Conselho de Altos Estudos do Memórias Reveladas – Centro de Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)
mnsiq@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo contextualiza o movimento estudantil no Rio de Janeiro entre 1964 e 1968, analisando sua reordenação após o golpe civil-militar, suas lutas internas e as estratégias desenvolvidas na resistência e enfrentamento ao regime militar instaurado, tornando o movimento estudantil a principal força de oposição e a mais visível para a sociedade nos primeiros anos da ditadura, sobretudo em virtude de suas manifestações de protesto nas ruas do Rio de Janeiro, como passeatas, comícios relâmpagos, ocupações de prédios públicos, pichações e greves. O movimento teve seu ápice em 1968, quando os confrontos com a polícia causaram inúmeras mortes e prisões, provocando o aumento da atividade repressora e uma pretensa justificativa para o endurecimento do regime, como queriam alguns militares da chamada “linha dura”.

Palavras-chave: movimento estudantil; passeatas; Ditadura Militar

ABSTRACT: *This article contextualises the student movement in Rio de Janeiro from 1964 to 1968, analysing how it reorganised itself after the civil-military coup, its internal struggles and the strategies developed for resisting and opposing the military regime. The student movement became the main opposition force, and the most visible one to society in the first few years of the dictatorship. This was especially due to its demonstrations on the streets of Rio, which included marches, flash rallies, occupying public buildings, graffiti and strikes. The movement culminated in 1968, when confrontations with the police resulted in numerous deaths and arrests, leading to a rise in repression and an alleged justification for a hardening of the regime, which was what some of the military hardliners wanted.*

Keywords: *student movement; demonstrations; military dictatorship*

O contexto pré-1964

O número de universidades no Brasil teve um aumento considerável a partir da década de 1960, entretanto, mesmo com o aumento de vagas e de cursos oferecidos, a procura foi bem superior, em virtude do crescimento populacional das cidades e da consolidação de uma classe média urbana, o que causou uma crescente tensão no meio estudantil secundarista que desejava ingressar na universidade.

Com o surgimento de universidades e a criação de novos cursos, houve um aumento no número de estudantes universitários, proporcionando o crescimento de centros acadêmicos, fortalecendo as organizações estudantis. A União Nacional dos Estudantes (UNE) participava com grande destaque não só da vida política nacional (como no apoio à campanha de legalidade conduzida por Leonel Brizola visando garantir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros em 1961), como também da intensa efervescência cultural da época, promovendo a arte e a cultura nacional.

Contudo, nesse início de década, o país vivia um processo de radicalização política, em razão da campanha pelas reformas de base propostas por João Goulart que congregava um amplo conjunto de forças progressistas, incluindo partidos, sindicatos, trabalhadores rurais, políticos, militares nacionalistas, intelectuais, professores, artistas, grupos de esquerda e dos estudantes, representados pela UNE, pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e outras organizações estudantis (ARAÚJO, 2007: 137).

A reestruturação do movimento estudantil (1964 e 1965)

A tensão nas propostas, interesses e modelos econômicos entre conservadores e progressistas culminou na deposição do presidente João Goulart no golpe iniciado em 31 de março de 1964 e concluído no dia seguinte com a vitória da direita conservadora. Esse movimento, amplamente apoiado pelas forças militares, igreja, imprensa e pela classe média, não sofreu maiores resistências e foi rapidamente consumado com o apoio de grande parte da classe política. Nos momentos seguintes ao golpe civil-militar, uma onda repressora atingiu pessoas, entidades e associações civis e políticas identificadas com a frente nacionalista e de esquerda que dava sustentação ao governo de João Goulart. Vários dirigentes, sindicalistas, intelectuais e políticos foram presos, entidades fechadas e suas atividades proibidas. A sede da UNE, na praia do Flamengo, Zona Sul do Rio de Janeiro, foi destruída por um incêndio criminoso e todas as organizações estudantis foram extintas e proibidas. O historiador Daniel Aarão Reis, secundarista na época, lembra:

Não houve nenhuma ação contra aquela situação que estava se desenhando. Não houve, no movimento estudantil, nenhuma articulação, nenhuma manifestação. Foi uma coisa muito impressionante! Eu atribuo isso ao fato de que as grandes majorias ali, embora muito penetradas pelo nacionalismo e pelo reformismo, não estavam dispostas a se arriscar para salvar o governo Jango. Foi uma coisa muito melancólica.

A vitória do golpe me despertou muito inconformismo, aquele desmoronamento, aquela derrota sem resistência. E isso eu tenho impressão que foi muito compartilhado pela minha geração politizada de esquerda¹.

Com a extinção da UNE, a proibição de greves e atividades políticas de entidades estudantis e a perseguição a pessoas associadas aos movimentos progressistas de esquerda, boa parte da diretoria da UNE e um grande número de estudantes se exilou ou caiu na clandestinidade. Porém, mesmo com o fechamento das entidades estudantis, as atividades políticas dos estudantes nas universidades continuaram de modo intenso. Se as lideranças, em um primeiro momento, foram perseguidas e tiveram que se afastar, o mesmo não aconteceu com a base do movimento estudantil, que nesse instante foi poupada, propiciando a formação de uma nova geração e o surgimento de outros líderes. Daniel Aarão Reis, que viria a ser anos depois o presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), recorda:

Realmente, o processo repressivo em geral não foi muito duro para a classe média, inclusive porque a classe média tinha sido um esteio do golpe. O movimento estudantil, em particular, embora atingido, teve condições de rearticulação relativamente favoráveis. Mas a rearticulação já vai ser empreendida pela nova geração. Como eu já disse, mesmo no nível dos segmentos mais radicais do movimento onde nós estávamos, a Dissidência do Partido Comunista e a Ação Popular, foram muito poucos os veteranos que permaneceram².

Franklin Martins, uma das lideranças estudantis do período, primeiro como secundarista e depois como aluno de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde viria se tornar presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), analisa assim a composição do corpo discente universitário no Rio de Janeiro:

O movimento estudantil na época era de classe média, e classe média-média – pelo menos no Rio de Janeiro. Os estudantes de modo geral eram filhos de profissionais liberais, advogados, médicos, dentistas, professores, funcionários públicos, pequenos comerciantes, pequenos industriais – era essa a composição básica. É claro que você tinha estudantes da classe média baixa, ou da classe trabalhadora, que com grande esforço tinham conseguido entrar e em geral trabalhavam. Eu diria que 5% eram filhos de rico, uns 10% filhos de pobre, e uns 85% eram filhos da classe média-média, uma classe com aspirações intelectuais e democráticas, que considerava o estudo e a universidade como forma não só de acesso ao mercado de trabalho, mas também de manutenção do seu padrão de vida e de acesso aos bens culturais do mundo; para quem a cultura era importante. Essa era a base social do movimento estudantil³.

Havia três forças políticas organizadas, relevantes, no movimento estudantil universitário nesse momento: a Ação Popular (AP), que se mantém após o golpe congregando segmentos moderados, mas com uma direção com tendências revolucionárias; as dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a mais destacada a Dissidência Comunista da Guanabara – DI/GB, e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) que possuía forte estruturação teórica.

A Ação Popular surgiu em 1962, com características de movimento político originário de setores à esquerda da Ação Católica e da Juventude Universitária Católica (JUC), e tinha por base, fundamentalmente, o movimento estudantil organizado, o que lhe assegurou a hegemonia política na condução da UNE neste período. A Dissidência da Guanabara, conhecida por DI/GB, surgiu como facção independente em 1966, quando o Comitê Universitário discordou da proposta de apoio do Comitê Central a candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que disputaria as eleições daquele ano, desligando-se do partido e constituindo-se como um dos primeiros grupos independentes resultantes de cisões, ou dissidências, do PCB. Como era composta, basicamente, de quadros do movimento estudantil também era conhecida, inicialmente, como Dissidência Universitária. Em 1969 a DI/GB, por razões políticas, adotou o nome do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que anteriormente era Dissidência de Niterói (Estado do Rio de Janeiro)⁴.

A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) surgiu em 1961 na reunião de grupos estudantis provenientes da Liga Socialista de São Paulo, afinados ideologicamente com Rosa Luxemburgo, da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, de alguns dissidentes do PCB e de simpatizantes do trotskismo. A ORM-POLOP tinha por metodologia o debate teórico e doutrinário, funcionando como uma espécie de “consciência crítica” da esquerda brasileira. Desde sua fundação publicou o jornal *Política Operária*, cujas iniciais batizaram o nome pelo qual a organização ficou mais conhecida: POLOP⁵.

Estudantes que militavam na Ação Popular iniciaram o processo de reorganização da UNE, promovendo reuniões e assembleias clandestinamente, da mesma forma que articulavam manifestações de protesto, greves e pequenas passeatas. Nas universidades e em entidades estaduais e regionais de organização estudantil havia grande luta pelo controle político, com disputas acirradas e divergências teóricas e metodológicas.

Em março de 1965, na aula inaugural da UFRJ, o presidente Castelo Branco foi vaiado por estudantes, causando a prisão de alguns deles. O episódio mexeu com os brios do movimento estudantil provocando solidariedade e mobilização dos diretórios acadêmicos e da União Metropolitana dos Estudantes⁶. No mesmo ano, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito (FND) da UFRJ, iniciou uma série de manifestações de rua e uma greve pela melhoria do bandejão. Logo em seguida promoveu, juntamente com estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), o primeiro ato oficial do movimento contra o regime militar: um julgamento público do governo em plena Central do Brasil envolvendo estudantes e trabalhadores. O ato não teve a repercussão desejada, pois no mesmo dia foi decretado o Ato Institucional nº 2, que na prática encerrava a hipótese de uma “revolução de curta duração”, pois ampliava os poderes do Executivo e afastava o regime cada vez mais de uma democracia representativa (CHIRIO, 2012: 93).

Resistência e enfrentamento (1966 e 1967)

Em 1966 o governo militar firmou uma parceria com os Estados Unidos para a instalação do modelo educacional norte-americano. O acordo MEC-USAID sofreu ampla crítica do movimento estudantil que o considerava como ação imperialista e uma ingerência dos Estados Unidos na educação nacional. Ocorreram inúmeras manifestações de protesto em diversas universidades brasileiras, fortalecendo a articulação do movimento estudantil. Segundo Daniel Aarão Reis:

Em 1966, houve a primeira grande passeata. Foi quando a gente descobriu, quase que por acaso, que era uma grande tática ir na contramão dos carros. Fizemos isso quase que por acaso, a partir de uma passeata que começou em frente à Filosofia e foi um sucesso estrondoso. A partir daí, aprendemos isso e começamos a usar sistematicamente. Mas era sempre um conflito, eram passeatas. No tempo da minha UME, houve muitas passeatas desse tipo. A gente enfrentava a polícia. Era muito difícil organizar grandes manifestações no Rio de Janeiro de modo geral⁷.

No congresso clandestino da UNE, em São Bernardo do Campo, houve a prisão de 178 estudantes, greves foram deflagradas em São Paulo, passeatas de protesto tomaram as ruas de Minas Gerais e no Rio de Janeiro foram suspensas as aulas na Faculdade Nacional de Direito. Esse contexto constituiu a fase inicial do processo que fez de setembro de 1966 um dos meses mais agitados e intensos do movimento estudantil (UFRJ, 2006: 49).

No dia 22 de setembro, houve uma grande passeata de protesto contra o governo na praia Vermelha, em frente à Faculdade Nacional de Medicina (FNM) da UFRJ. Com as palavras de ordem “povo organizado derruba a ditadura”, seiscentos estudantes iniciaram uma assembleia no interior da FNM. A polícia chegou e tentou entrar, mas os estudantes não deixaram, trancando as portas e fazendo barricadas, enquanto isso a polícia bloqueava as saídas não deixando ninguém sair. Discussões, debates e articulações aconteceram em ambos os lados, porém as negociações não avançaram e na madrugada a polícia invadiu a faculdade acabando violentamente com a ocupação, promovendo espancamentos e prisões. Esse episódio, o de maior violência até então contra estudantes e que seria um marco divisor do movimento estudantil, passou a ser conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”.

Sobre esse momento, Jean Marc Van der Weid, líder estudantil da Ação Popular e que esteve presente nesse episódio, relembra:

(...) com as manifestações de rua contra a ditadura tivemos um momento que foi, ao mesmo tempo, quase um apogeu e o começo de uma queda vertiginosa: foram as “setembradas”, uma série de manifestações que ocorreram em setembro de 1966, que, no Rio, culminaram com a ocupação da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha. Esse evento foi chamado de Massacre da Praia Vermelha, o massacre da Medicina, porque a polícia cercou o prédio e, na madrugada, invadiu o local e “desceu o pau” em todos os mil e poucos estudantes que ainda estavam lá dentro. Eles foram, literalmente, espancados, do último andar até a saída do prédio. Isso deu uma certa

“baqueada”, embora tivesse tido uma enorme repercussão na imprensa, nos vários meios de comunicação. O movimento estudantil ainda fez uma greve em seguida, mas começou a baixar o tom das mobilizações em 1966⁸.

Vladimir Palmeira, um dos principais líderes estudantis da época, aluno do curso de direito da UFRJ, destaca:

Desse pessoal que foi massacrado, ninguém mais participou de movimento estudantil. A massa só voltou a participar na Passeata dos Cem Mil. Agora ficou uma vanguarda, que foi a vanguarda que fez 1968. O que sobrou ali foi uma vanguarda que deu um salto. Inclusive fez autocrítica de ter ficado. Mas a vanguarda de 1968 estava toda ali. Quem não estava ali como, por exemplo, Franklin Martins, é porque começou a ir para a escola em 1967. O Cid Benjamin, o Franklin Martins foram conquistados em 1967, mas o resto da turma de 1968 estava toda⁹.

O historiador americano Thomas Skidmore (1988: 109), analisa as manifestações dos estudantes durante o ano de 1966:

As manifestações estudantis de protesto continuaram pelos meses de agosto e setembro, com ataques cada vez mais violentos à “ditadura”. E nas eleições para os diretórios estudantis, os universitários reconduziram os seus antigos membros ou votaram em outros com idéias semelhantes. Choques entre estudantes e a polícia, embora raramente envolvendo mais do que algumas centenas de manifestantes, espalharam-se através do Brasil em fins de setembro, sendo que cada refrega só fazia fortalecer a linha dura militar. Aliás, alguns membros da oposição começaram a se perguntar se não haveria *agents provocateurs* por trás das manifestações.

No início de 1967, o movimento estudantil estava se rearticulando, pois, após o Massacre da Praia Vermelha, o típico jovem que participava do movimento “virou vanguarda, liderança ou nunca mais participou de passeata”¹⁰. Segundo Vladimir Palmeira:

No ano de 1967, a vanguarda da luta é o Calabouço, que não era da universidade, e a Universidade Rural, que tinha uma dinâmica própria. Aquilo é um campus, as pessoas dormem lá. Há manifestações no Centro do Rio, mas o movimento estava de ressaca por causa da derrota de 1966¹¹.

No primeiro trimestre de 1967, nos últimos meses de governo de Castelo Branco, o Congresso Nacional promulgou uma nova Constituição – basicamente uma síntese dos atos institucionais e de leis correlatas – a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, acentuando o matiz autoritário do sistema político.

Em 15 de março toma posse como presidente o marechal Arthur da Costa e Silva, antigo ministro da Guerra de Castelo Branco e identificado como “linha dura”. A composição de seu ministério é majoritariamente militar: dos dezenove ministros, dez eram militares. Além disso, o governo passa a reunir em seu primeiro escalão nomes intimamente ligados à “linha dura” como o almirante Augusto Rademaker e os generais Jayme Portella de Mello e Emílio Garrastazu Médici.

Logo após a posse de Costa e Silva é decretada a extinção dos órgãos estudantis e em virtude dos protestos e da campanha em apoio aos excedentes do vestibular, cerca de mil estudantes são presos na Guanabara. Em abril, mês do desmantelamento da Guerrilha do Caparaó, há inúmeras manifestações no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. No mês seguinte, as manifestações e passeatas contra o acordo MEC-USAID tomam conta de diversas cidades pelo país. Em razão da demolição do antigo Restaurante Central dos Estudantes e da inauguração de um novo, de forma precária, em outro local, várias passeatas e manifestações acontecem no Centro do Rio de Janeiro. O Calabouço, como era mais conhecido o restaurante, teve sua demolição sacramentada por causa da construção de um trevo viário e de obras locais de urbanismo. Ele funcionava ao lado do Museu de Arte Moderna, em frente ao Aeroporto Santos Dumont, e foi transferido para um terreno do estado ao lado da avenida General Justo, perto do Comando da Aeronáutica e cerca de quinhentos metros do local original.

Em agosto aconteceu em Havana, Cuba, a primeira conferência da Organização de Solidariedade Latino-Americana (OLAS), divulgada amplamente pela imprensa nacional e reacendendo nos meios militares a ideia de ameaça iminente do comunismo internacional. Neste mesmo mês foi realizado, clandestinamente, o XIX Congresso da UNE em um convento em Campinas, São Paulo.

No fim do ano o movimento estudantil, já reorganizado, protestava contra as anuidades nas universidades por todo o país e, no Rio de Janeiro, contra as péssimas instalações do restaurante Calabouço.

O jornalista Franklin Martins, uma das lideranças do movimento estudantil à época, analisa:

O ano de 1967 foi um ano importantíssimo para o movimento estudantil em nível nacional. Você pode dizer assim: 1965, 1966 você reorganizou as entidades, as UEEs, a UNE, a UME. Mas era uma coisa muito frágil, não havia uma percepção clara como íamos reorganizar o movimento. E como eu disse, havia essas duas posições, uma reconciliadora e outra muito porra-louca. Nesse momento, começou a amadurecer uma linha de massas para o movimento estudantil. E torno a dizer: o movimento estudantil não era um movimento de esquerda. É isso que tem que se entender: ele é um movimento de estudantes, para defender seus próprios interesses. E estes interesses se chocam com os da ditadura. Eles têm interesses não só acadêmicos, querem uma escola melhor, um ensino melhor, uma formação profissional melhor, como querem liberdade, poder se exprimir, se realizar intelectualmente, poder existir sem estar sendo reprimido o tempo todo. (...) a luta por mais verbas, por mais vagas. Isso é que foi dar em 1968. 1968 foi preparado em 1967, porque o movimento estudantil perdeu o caráter sectário que tinha. (...) Quando chega 1968, o movimento estudantil – não sabíamos disso, estou falando retrospectivamente – está pronto para se tornar um grande movimento de massas, de peso, de influência nacional, e de colocar em xeque aquela ditadura que estava ali. Não era capaz de substituí-la, mas ao menos de mostrar que aquela ditadura não se sustentava mais. E foi o que ele fez¹².

No término de 1967, o discurso anticomunista da grande imprensa, da elite política e principalmente dos líderes militares endurece e se consolida.

1968: a era das passeatas

No início de 1968 o movimento estudantil, embora fortalecido e organizado, encontrasse bastante polarizado. Segundo a historiadora Angélica Muller (FICO e ARAÚJO, 2009: 64 e 65);

Duas são as principais forças do movimento neste momento. Elas formaram dois grandes blocos. A Ação Popular (AP), força predominantemente estudantil derivada da Juventude Universitária Católica (JUC), que juntamente com partidos menores, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), enfatiza não só as denúncias políticas gerais contra o regime, mas também a luta contra o imperialismo e a solidariedade com os vietcongues, priorizando o retorno às manifestações de rua que começaram em 1966. A AP, durante toda década de 1960, elegeu o presidente da UNE e de muitas entidades do ME. Já as dissidências do Partido Comunista, aliadas à Política Operária (POLOP) e, em alguns casos, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), acreditavam que o ME deveria ser um instrumento de politização da luta contra a política educacional do governo. Nesse período, a Dissidência da Guanabara e a de São Paulo ocuparam a presidência da União Metropolitana de Estudantes (UME) e da União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE/SP).

As reivindicações estudantis no Rio de Janeiro, nesse início de ano, concentravam-se nas questões dos alunos excedentes do vestibular, do acordo MEC-USAID e dos protestos contra as obras inacabadas do novo restaurante Calabouço, que viria a ser o cenário do estopim da radicalização do movimento contra o governo. Em fevereiro, a classe teatral, insatisfeita com a censura, suspende por três dias as apresentações de peças e espetáculos, promovendo reuniões públicas nas quais se discutia a censura e realizando uma passeata com famosos atores e atrizes.

No entardecer do dia 28 de março, os estudantes reuniram-se para protestar contra as condições do novo Calabouço, que ainda estava inacabado e necessitava de várias obras. O movimento estudantil tinha na Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) o porta-voz das reivindicações dos que pediam melhorias nas instalações do restaurante e da comida por lá servida. A polícia e as autoridades acusavam seus frequentadores de serem estudantes profissionais, agitadores e de transformar o local em um centro de atividades subversivas.

Edson Luís de Lima Souto, dezoito anos, era um de seus típicos e assíduos frequentadores. Oriundo de uma família pobre de Belém do Pará, veio para o Rio de Janeiro morar com parentes, estudar e tentar ganhar a vida. Morador do subúrbio passava o dia no Calabouço, pois estudava no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao restaurante onde fazia suas refeições e ganhava algum dinheiro fazendo pequenos serviços. Não era um “estudante profissional” ou “agitador”, muito menos fazia parte da liderança do movimento estudantil.

Quando a Polícia Militar chegou para acabar com a manifestação, com sua já conhecida truculência, foi recebida com pedras, vaías e provocações. Na confusão instaurada, um policial atirou contra a multidão atingindo Edson Luís e ferindo-o mortalmente (fato negado pela polícia nos dias seguintes). Seus colegas o socorreram e o levaram carregado até a Santa Casa de Misericórdia, aonde já chegou morto. Indignados, seus companheiros tomaram o corpo do estudante e saíram em passeata em direção à Assembleia Legislativa, na Cinelândia. Tinham por objetivo mostrar aos deputados o produto daquela repressão e proteger o corpo da Polícia Militar, já que imaginavam que poderiam sumir com o cadáver. O cortejo seguiu pela rua Santa Luzia e se encaminhou para a embaixada americana na avenida Presidente Wilson. Sob os gritos de “assassinos”, os jovens atiraram pedras contra os vidros da embaixada, fazendo com que a polícia e os seguranças reagissem, provocando mais um corre-corre. Os estudantes seguiram e rumaram pela avenida Rio Branco em direção à Assembleia Legislativa, onde atualmente funciona a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

A notícia logo chegou a todos os cantos da cidade. Inúmeros estudantes, jornalistas e curiosos começaram a rumar para a Cinelândia para acompanhar o velório. Os deputados ficaram atônitos, mas nada podiam fazer, pois a Assembleia já estava tomada pelos estudantes revoltados. O corpo foi colocado numa mesa e coberto até a cintura por uma bandeira brasileira. Alguns cartazes foram afixados ao seu redor e inúmeros discursos foram proferidos durante a noite, sempre com a exibição da camisa ensanguentada do jovem morto. A autópsia teria de ser feita ali mesmo, pois os estudantes se recusavam a liberar o corpo.

Tomada por estudantes, jornalistas, artistas, políticos e curiosos, a Assembleia Legislativa tinha se tornado palco de protestos acalorados contra o regime militar. Na madrugada do dia 28 para 29 de março, o corpo de Edson Luís fora autopsiado e colocado no caixão. Discutiu-se o trajeto do cortejo fúnebre que o levaria até o cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo. Os estudantes recusaram o oferecimento de um carro dos bombeiros, o cortejo seria feito a pé.

No dia 29, pela manhã, uma multidão, portando faixas e cartazes de protesto, aglomerava-se na Cinelândia. Nas escadarias da Assembleia inúmeros discursos sucediam-se, até que por volta das 16h deu-se início ao cortejo. O caixão, coberto com a bandeira nacional, era conduzido nos ombros pelos estudantes que se revezavam a cada instante. Uma multidão, estimada em cerca de cinquenta mil pessoas, seguia em silêncio, interrompido, por vezes, por palavras de ordem. Dos prédios, as pessoas batiam palmas, acenavam com lenços brancos e jogavam papel picado. O cortejo seguiu pelo Passeio Público, Lapa, Glória e, no final da tarde, chegou à praia do Flamengo. Ao passar em frente ao prédio abandonado da antiga sede da UNE, ilegal naquele momento, Vladimir Palmeira e outras lideranças estudantis invadiram o prédio e, de uma das janelas, proferiram inflamados discursos contra o regime militar enquanto uma bandeira dos Estados Unidos era queimada sob aplausos.

Ao chegar à praia de Botafogo já era noite. A luz havia sido cortada e a escuridão era vencida pelas velas acesas e tochas improvisadas pela multidão. Vladimir Palmeira lembra que:

Quando a Light apagou a luz na Praia de Botafogo, os secundaristas vieram pedir licença pra quebrar a luz, aí eu disse: “*Quebra essa porra!*” Aí eles saíram quebrando. Veio o cara do Partidão protestando: “*Vladimir, você não sabe o que está acontecendo?*” O que? “*Estão destruindo as lâmpadas!*” [risos] Pô, foi eu quem mandei! [risos]¹³

Por volta das 19h, o cortejo chegou ao São João Batista. As portas já estavam trancadas, mas a multidão as arrombou. Cerca de dez mil pessoas ainda estavam presentes, e ao som do Hino Nacional Edson Luís foi sepultado. A dispersão foi em silêncio, contudo, entre os estudantes, uma frase era dita em tom de juramento e repetida como uma senha do que estava por vir: “Neste luto, começou a luta!”. No decorrer da noite inúmeros confrontos aconteceram. As forças policiais, que durante o enterro não apareceram, reprimiram com violência as manifestações posteriores ao sepultamento. Por todo o país houve protestos, a rebelião estudantil havia começado.

Nos dias seguintes à morte de Edson Luís, o Rio de Janeiro presenciou intensas mobilizações de protesto, principalmente no 1º de abril, quarto aniversário da deposição de João Goulart, quando houve inúmeros conflitos pelas ruas da cidade. No dia 2, o *Correio da Manhã* trouxe ampla cobertura jornalística, com nove páginas, editorial e 31 fotografias. A manchete de capa era “Morte, 60 feridos, 200 prisões na Guanabara: Exército ocupa a cidade”. Neste mesmo dia, uma comissão de estudantes e intelectuais agendou a missa de sétimo dia de Edson Luís na Igreja da Candelária, no Centro da cidade. Outras missas também foram marcadas, e uma manifestação nas escadarias da Assembleia Legislativa foi proibida pela polícia. O Exército avisou que não iria tolerar qualquer tipo de manifestação política dentro ou fora das igrejas e o ministro da Justiça, Gama e Silva, solicitou que as forças policiais da cidade ficassem em total prontidão contra os protestos estudantis.

Na manhã do dia 4 de abril, dia das missas, tanques do Exército ocupavam trechos da avenida Presidente Vargas, militares vigiavam esquinas, agentes do DOPS em cima de edifícios observavam o movimento nas ruas, aviões da FAB cruzavam o céu e PMs a cavalo percorriam as imediações da Candelária. Nas bancas de jornal, o *Correio da Manhã* exibia sua manchete principal: “Estado de sítio será decretado se houver manifestações hoje”. A polícia tinha prometido que não haveria violência, mas desde cedo o cenário montado pela repressão indicava o contrário. Após as missas da manhã, a polícia já demonstrava a que estava disposta, sua cavalaria dispersava a multidão e agredia indiscriminadamente quem estava pelo caminho, principalmente grupos de estudantes.

A missa da noite, iniciada às 18h, era a última e a mais importante do dia. Cerca de seiscentas pessoas estavam presentes à celebração de dom José de Castro Pinto, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A polícia e o Exército continuavam nas imediações da Candelária, impondo

terror aos presentes. Os cavaleiros mantinham seus cavalos à porta da igreja, e o frenético barulho dos cascos dava a impressão de que a qualquer momento a cavalaria invadiria a nave central. O clima era de tensão e o confronto iminente.

Ao final da missa, os padres, liderados por dom José de Castro Pinto, negociaram uma saída pacífica para os presentes, em especial os estudantes. De mãos dadas, os religiosos fizeram um cordão de isolamento e conduziram as pessoas à saída da igreja. Apesar disso, os que seguiram pelas ruas adjacentes foram perseguidos e espancados pela polícia, tornando o Centro da cidade palco de inúmeros conflitos.

Depois desses acontecimentos, uma série de protestos estudantis aconteceu pela cidade, sempre com a repressão da polícia. A tática mais utilizada era a pichação de palavras de ordem em muros e prédios públicos e comícios-relâmpago, que consistiam em pequenos discursos proferidos por lideranças estudantis que logo se dispersavam. O movimento crescia e se articulava. A luta por mais verbas, por maior número de vagas nas universidades, pela reabertura do restaurante Calabouço e contra o acordo MEC-USAID estava cada vez mais associada à luta contra o regime militar, que nesse mês proibiu a Frente Ampla de Jango, Juscelino e Lacerda e viu, surpreso, a greve de operários na cidade mineira de Contagem. No 1º de maio houve grande confusão nos protestos pelo Dia do Trabalho em São Paulo, quando o governador paulista Abreu Sodré foi apedrejado por manifestantes, causando grande impacto no meio estudantil. Algumas semanas depois foi sancionada a lei nº 5.439 que responsabilizava criminalmente os menores de idade envolvidos em ação contra a segurança nacional.

Segundo a historiadora Maud Chirio (2012: 120): “a partir de maio de 1968, as declarações de oficiais se multiplicam em duas direções: a denúncia da ‘escalada subversiva’, às vezes misturada a apelos por uma radicalização política, e a crucificação de uma classe política que impediria o governo revolucionário de tomar medidas adequadas”.

Em junho aumentou a intensidade dos protestos e a mobilização dos estudantes, tornando as passeatas palco de verdadeiros enfrentamentos entre os estudantes e as forças policiais. Vladimir Palmeira conta a surpresa do vice-presidente da UNE, José Arantes, que não era do Rio de Janeiro, ao presenciar uma destas passeatas:

Nós fazíamos uma passeata, saímos da Cinelândia que era o padrão. Paramos o trânsito e eu ia andando assim, conversando. E a passeata ia, entendeu? Paramos em dois pontos para fazer discurso e dar orientação. Fazia silêncio completo. O Arantes que foi do meu lado disse: “Ô Vladimir, porra, que coisa organizada Vladimir! Porra!” Isso não existia no Brasil! Nossa passeata era isso! Então veio um menino secundarista que era nosso escoteiro batedor. Os secundaristas iam para esquerda, para direita, para frente e para trás. E aí chegavam... Tudo era recado dos secundaristas, que corriam feito uma penga (sic), né! Os secundaristas diziam: “Vladimir, carro da polícia, queima?” Eu dizia: “Queima!” Aí eles iam lá e queimavam o carro da polícia. Porque nós tínhamos uma orientação clara, queima o carro da polícia e não toca nos policiais. Nunca batemos em algum policial até então!¹⁴

O ministro da Educação Tarso Dutra havia declarado que se dispunha a dialogar sobre as reivindicações do movimento, o que causou uma série de provocações dos estudantes. No dia 18 de junho, o *Correio da Manhã* noticiou na terceira página que os estudantes estavam desafiando o ministro para que cumprisse sua palavra e dialogasse com eles. No dia seguinte, uma grande manifestação foi marcada para acontecer em frente ao MEC, ocupar seu pátio e forçar um encontro com Tarso Dutra. O objetivo era a demonstração de força e desmoralizar o ministro com seu enterro simbólico. Cientes de que a polícia estava preparada para a repressão costumeira, os estudantes se municiaram com pedras e coquetéis *molotov*, criando pela primeira vez uma estratégia de enfrentamento explícito. Bem articuladas, as diversas entidades estudantis fizeram nas universidades um amplo trabalho de divulgação do protesto que, prevista para a manhã, só foi se concretizar perto do meio-dia.

Divididos em três colunas e partindo ao mesmo tempo de pontos diferentes, os estudantes encontraram na porta do MEC uma polícia disposta a não deixar que a manifestação tivesse início. Utilizando blindados que disparavam jatos d'água na multidão, os famosos "brucutus", os policiais partiram para o ataque dispersando os estudantes que lá estavam. Conforme previamente combinado, eles se reagruparam na avenida Rio Branco e montaram barricadas impedindo o fluxo dos carros. Em frente ao prédio do *Jornal do Brasil*, na esquina da rua Sete de Setembro, os estudantes fizeram um comício e mais uma vez a polícia investiu contra os jovens que, numa atitude até então inédita, partiram para cima dos policiais. Com paus, pedras e em número maior, os estudantes conseguiram avançar até a rua Uruguaiana. Quando a cavalaria da Polícia Militar chegou, os estudantes espalharam bolas de gude e rolhas de cortiça pelo chão fazendo com que os cavalos se desequilibrassem e caíssem.

Um caminhão do Exército foi incendiado, e o líder estudantil Jean Marc Von der Weid foi preso, acusado de ter sido o autor do ato. O conflito prosseguiu até a noite quando a polícia controlou por completo o Centro do Rio. Nas palavras de Vladimir Palmeira, o evento se desenvolveu da seguinte maneira:

Na Quarta-feira Sangrenta, nós decidimos ocupar o MEC, para mostrar que nós queríamos realmente conversar com o ministro e ele é que não queria. Preparamos com antecedência coquetel *molotov*. Foi a primeira vez que a gente decidiu usar de violência, cacete, pedra. Levamos pau e fomos para o cacete.

(...) Quando a polícia veio, naquele passo terrível, aquele passo de ganso, disseram: "Que a gente faz?" Eu disse: "Vamos resistir". Quando chegou, sei lá, a uns cinquenta metros, a gente disse: "Vamos pra cima deles!" E fomos e batemos na polícia pela primeira vez. A polícia saiu correndo e nós atrás por aquelas ruelas do Centro, invertendo as coisas. Nós passamos quatro anos correndo deles. Dessa vez, eles estavam correndo da gente. Aí, pronto, virou uma batalha campal, porque mandaram a cavalaria e a gente jogou bola de gude, rolhas. Cavalo caiu, menino andou em cavalo. Eu me lembro que teve um menino que botou um capacete da PE e montou no cavalo e saiu montado no cavalo. Houve de tudo. A massa é criativa. Até que tocaram fogo num caminhão do Exército. Nesse momento, a barra pesou, chegou a PE e eu me mandei. O Jean Marc foi preso. Essa foi a Quarta-feira Sangrenta¹⁵.

No dia seguinte o movimento estudantil decidiu se concentrar no *campus* da praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, local aonde o Conselho Universitário iria se reunir. Os estudantes marcaram, para a mesma data, local e horário, uma assembleia geral na qual seriam cobradas mais verbas para o ensino, mais vagas nas universidades e as reformas curriculares. Contudo, em virtude dos acontecimentos do dia anterior, decidiram que também iriam protestar contra a violência policial e exigir a libertação dos estudantes presos.

Cerca de dois mil estudantes tomaram as dependências do *campus* da praia Vermelha e, após invadir a reunião do Conselho Universitário, exigiram que reitor e professores descessem para o Teatro de Arena da Faculdade de Economia, onde estavam concentrados. Não houve violência, mas a pressão sobre os professores fez com que a maioria dos pontos defendidos pelos estudantes fosse aprovada pelo Conselho.

No início da tarde surgiram os primeiros rumores de que a universidade seria invadida pela polícia. O temor dos presentes era que se repetisse o “Massacre da Praia Vermelha”, conflito acontecido em 1966 quando a polícia invadiu a Faculdade Nacional de Medicina e, com extrema violência, acabou com uma manifestação estudantil.

Algumas horas depois, a polícia já tinha cercado o prédio e a tensão tomou conta do local. Ao anoitecer, o conflito era iminente. O reitor tentava encontrar uma solução pacífica, e a polícia, exigindo a saída imediata dos estudantes, acenava com a não violência desde que não houvesse nenhum tipo de agitação.

Por volta das 19h, os estudantes, percebendo não haver possibilidade de acordo, decidiram se dividir em grupos. Como a universidade tinha várias saídas, a fuga foi facilitada, porém um grupo de cerca de quatrocentas pessoas, o último a sair, foi preso quando tentava se refugiar no campo de futebol do Botafogo, quase vizinho ao local do conflito.

Com os manifestantes presos, a polícia abusou da intimidação e da violência. Os estudantes, humilhados e agredidos, foram obrigados a fazer fila indiana com as mãos na cabeça no meio do campo de futebol. Muitos tiveram de ficar deitados na calçada e outros acabaram conduzidos a delegacias da cidade. Houve relatos de abusos de todas as formas, inclusive sexuais.

A televisão apareceu no local e no noticiário da noite as imagens chocaram a cidade. O *Correio da Manhã*, em sua edição de 21 de junho, com seis páginas, editorial e 20 fotografias, tinha como manchete de capa: “A guerra contra os estudantes”. A classe média carioca viu seus filhos presos, espancados e humilhados, o que causou uma reação imediata e imprevista: a perda do apoio e da confiança no regime militar.

O movimento estudantil, por intermédio de suas lideranças, articulou na noite de quinta-feira uma grande passeata de protesto para o dia seguinte no Centro do Rio de Janeiro. Para despistar, marcaram o ponto de encontro na praça Tiradentes, às 8h da manhã. Tanto o local quanto o horário não eram usuais.

Vindos de vários pontos da cidade, os estudantes lotaram a praça e, após um breve comício, seguiram em caminhada em direção ao prédio do MEC. No caminho, os comerciantes, com medo, fechavam as portas de suas lojas enquanto muitas pessoas que estavam nas ruas aplaudiam a passeata. Durante o trajeto, os estudantes municiaram-se de paus, pedras e barras de ferro de uma obra próxima. Ao chegarem à esquina do prédio do MEC, a polícia, em grande número, já os aguardava de prontidão. O confronto foi imediato e violento, o que obrigou os manifestantes a seguirem até a Cinelândia, onde outro grupo de estudantes se concentrava. Decidiram então caminhar até a embaixada americana para apedrejá-la e rumar para o restaurante Calabouço, fechado há meses. Perto da embaixada, a segurança reagiu a tiros, fazendo com que os estudantes voltassem para a Cinelândia. Pelo caminho, a liderança estudantil decidiu fazer uma grande passeata na avenida Rio Branco. Enquanto se concentravam, a polícia voltou a atirar e a jogar bombas de gás lacrimogêneo tornando o Centro do Rio uma verdadeira praça de guerra.

Durante todo o dia houve confronto violento, em proporções jamais vistas até então. Estudantes da Universidade Rural (UFRRJ) chegaram depois e, junto com jovens trabalhadores do Centro, engrossaram as fileiras dos manifestantes que enfrentavam a polícia. Bombas de gás lacrimogêneo eram atiradas em todas as direções, tiros eram disparados a arremesso, barricadas eram montadas, chuvas de pedras caíam a todo instante e das janelas dos prédios muitas pessoas jogavam objetos nos policiais. No fim do dia a contagem oficial registrava 23 pessoas baleadas, quatro mortes, dezenas de indivíduos feridos, intoxicados e espancados e cerca de mil presos.

Esse dia, conhecido como “Sexta-feira Sangrenta”, foi o de maior violência em todo o ano de 1968. Para o jornalista Zuenir Ventura (1998: 142):

Se fosse possível precisar o momento exato em que o governo Costa e Silva perdeu definitivamente a batalha pela conquista da opinião pública, esse momento estaria situado entre os dias 19, 20 e 21 de junho – quarta, quinta e sexta-feira. Mais por insensatez própria do que por estratégia do adversário, as autoridades estaduais e federais, em três dias, atraíram para si o ódio da classe média, e aceleraram o que na época se chamava de “ascenso do ME”. A morte de Edson Luís já tinha provocado uma grande comoção, a repressão na porta da Candelária chocara e indignara, mas o que de fato levou a população a tomar partido, a se revoltar, a entrar fisicamente na guerra, foi a “sexta-feira sangrenta”.

A “Semana Sangrenta”, como foi nomeada a sequência dos dias 19, 20 e 21 de junho de 1968, foi decisiva para a mudança dos rumos da oposição ao regime militar brasileiro. Em virtude da grande violência policial sobre os estudantes e da ampla cobertura da imprensa, a sociedade civil passou a contestar de forma mais veemente a ditadura que se instalara desde 1964.

Logo após a “Sexta-feira Sangrenta”, dia de maior violência nas ruas durante o período militar, uma grande mobilização foi articulada pelos estudantes e intelectuais como resposta

ao que estava acontecendo. Almejavam uma grande passeata, na qual a sociedade pudesse expor pacificamente seu desejo de democracia. Também não interessava ao governo que conflitos como os da semana anterior se repetissem, pois a cada incidente sua popularidade junto à classe média diminuía. Entretanto, a linha dura do regime via nesses episódios a oportunidade de ampliação do modelo repressivo, e até propôs a decretação do estado de sítio, o que não foi aceito pelo presidente Costa e Silva, mas que, posteriormente, teria influência na criação do Ato Institucional nº 5.

Os governos estadual e federal liberaram a passeata, como forma de mostrar à população seu desejo de diálogo. Na verdade, foi um recuo estratégico, pois uma proibição resultaria em um confronto ainda maior. A data escolhida foi o dia 26 de junho, uma quarta-feira. O governador Negrão de Lima decretou ponto facultativo na esperança de esvaziar a cidade e, com isso, além de diminuir a importância da passeata, evitar possíveis confrontos.

Pela manhã, um incontável número de pessoas já se concentrava na Cinelândia. Pouco depois do meio-dia, com a chegada do líder estudantil Vladimir Palmeira, iniciaram-se os discursos. Em seguida, a multidão começou a passeata seguindo em direção à Candelária pela avenida Rio Branco, que ficou tomada de ponta a ponta. Sem a repressão policial e o clima de insegurança, o que se via eram pessoas sorridentes, de braços dados, gritando palavras de ordem e portando faixas de protesto. Das janelas dos prédios as pessoas batiam palmas e jogavam papel picado.

Quando chegou à Candelária, por volta das 16h, uma multidão de cerca de 100 mil pessoas se espalhava pelas avenidas Rio Branco, Presidente Vargas e ruas adjacentes. Outros discursos aconteceram e uma comissão da passeata foi constituída com o objetivo de negociar com os governantes o fim da repressão policial, entre outras coisas.

No final da tarde, os estudantes encaminharam-se até o Palácio Tiradentes para fazerem a última manifestação do dia. O sol já estava se pondo quando a passeata teve seu fim, contudo sua repercussão e simbolismo permaneceram para sempre na memória coletiva nacional. No dia seguinte, a edição do *Correio da Manhã* tinha como manchete: “Marcha do povo reúne cem mil”.

Nos dias que se seguiram, a euforia do movimento estudantil e dos grupos que se opunham ao governo contrastava com a apreensão dos militares e a determinação dos segmentos chamados de “linha dura” em tornar o regime mais firme. No mesmo dia da Passeata dos Cem Mil, ocorreu em São Paulo um atentado à bomba contra o Quartel-General do II Exército ocasionando a morte do soldado Mário Kozel Filho. Alguns dias antes, também na capital paulista, integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) roubaram armas de um hospital militar. Esses episódios inflamaram o discurso anticomunista dos militares, incentivando os grupos radicais paramilitares de extrema direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e Movimento Anti-Comunista (MAC).

O sucesso da Passeata dos Cem Mil e o fracasso da reunião da comissão com o presidente Costa e Silva fizeram com que o movimento estudantil promovesse uma nova manifestação na semana seguinte. No dia 4 de julho, os estudantes reuniram-se no pátio do MEC e, após uma série de discursos de protesto, saíram em passeata com destino ao prédio do Superior Tribunal Militar (STM) para exigir a libertação do líder estudantil Jean Marc Von der Weid (que seria solto semanas depois) e dos demais estudantes presos na “Semana Sangrenta”.

Quando os estudantes chegaram ao STM, outros discursos foram proferidos, todos objetivando a liberdade dos companheiros presos. Não houve violência e os próprios estudantes fizeram cordões de isolamento ao redor dos carros de polícia para que não houvesse quebraadeiras. A dispersão foi calma e também sem incidentes.

A Passeata dos Cinquenta Mil, como ficou conhecida, foi a última grande passeata de 1968. Logo em seguida, as férias escolares, o incremento da atividade repressora e uma mudança na estratégia do movimento estudantil fizeram com que as grandes passeatas fossem deixadas de lado. A partir desse momento o movimento gradativamente entrou em declínio. O presidente Costa e Silva, durante reunião do Conselho de Segurança Nacional, pensou em decretar o estado de sítio, preferindo, contudo, aguardar o desenrolar da situação, enquanto setores mais radicais do governo o pressionavam para que medidas mais severas fossem tomadas. Nesse mesmo mês, ocorreu a greve dos trabalhadores em Osasco, São Paulo, a depredação do Teatro Opinião, onde encenava-se a peça *Roda Viva* de Chico Buarque, e o atentado à bomba contra a Associação Brasileira de Imprensa.

O historiador Carlos Fico (2009: 234) assim analisa esse momento após as grandes passeatas do meio do ano:

Parece evidente que algumas ocorrências de 1968 foram provocações feitas por grupos militares mais radicais no sentido de propagar na sociedade um sentimento de temor diante da desordem pública para, assim, justificar a adoção de medidas de exceção. Significativamente, essas provocações aconteceram após o frustrado encontro de Costa e Silva com a já mencionada “Comissão dos Cem Mil”, fracasso que provavelmente reforçou os grupos palacianos mais duros em detrimento dos auxiliares menos radicais (alguns assessores do marechal, desde a época de sua candidatura, tentavam fixar a imagem de Costa e Silva como a de um líder voltado para o diálogo). Não por acaso, em 11 de julho de 1968, nove dias depois do malogrado encontro, Costa e Silva consultou o CSN para saber “se o momento impõe medida de exceção ou não”.

Todos os protestos passaram a ser reprimidos e as manifestações terminantemente proibidas. Na Guanabara estudantes entraram em greve pela liberdade de Vladimir, que fora preso numa *blitz* por estar sem documentos, e houve a invasão por parte das forças militares da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Nacional de Brasília (UnB). A liberdade de Vladimir Palmeira só ocorreu em setembro por meio do *habeas corpus* conseguido pelo advogado Marcello Alencar, que futuramente seria governador do Rio de

Janeiro. Nesse mesmo mês, o deputado e ex-jornalista do *Correio da Manhã*, Márcio Moreira Alves, durante discurso no Congresso Nacional em que criticava a invasão da UnB, pergunta: “Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?” Em um segundo discurso, dias depois, Alves sugere ironicamente que as namoradas dos jovens militares os evitem e que sejam boicotados os desfiles de 7 de Setembro. Tais discursos desagradaram profundamente às Forças Armadas que se sentiram desrespeitadas por um notório adversário do regime.

No início de outubro, aconteceu a “Invasão da Maria Antônia” quando grupos paramilitares de direita, liderados pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), ocuparam violentamente a Faculdade de Filosofia da USP provocando a morte de um estudante. Alguns dias depois a atriz Norma Bengel é sequestrada em São Paulo, espancada e liberada no Rio de Janeiro.

No dia 4 de outubro o *Correio da Manhã* publica a reportagem-denúncia “A Operação Mata-Estudiante” do jornalista Pery Cotta, que passou a ser conhecida como o Caso Para-Sar, pois esta unidade de elite da Aeronáutica estaria envolvida no planejamento de ações de captura e morte de estudantes e de atentados contra políticos e instalações públicas no intuito de aumentar o clima de incerteza no país, favorecendo o endurecimento do regime.

Ainda em outubro teve início clandestinamente em Ibiúna, interior de São Paulo, o XXX Congresso da UNE, quando seria eleito o próximo presidente da entidade. As autoridades já sabiam que ele iria acontecer, mesmo com a tentativa dos estudantes de despistar a polícia com indicações de falsos congressos em outras cidades. Como estratégia para se evitar novas prisões, as passeatas e comícios-relâmpago tinham sido suspensos pelos estudantes semanas antes. No dia 12, quando a polícia invadiu o sítio aonde se realizava o Congresso, mais de mil estudantes de todo país e de diversas correntes políticas estavam presentes. Todos foram presos, inclusive as principais lideranças. Foi o golpe de misericórdia no movimento estudantil.

O jornalista Elio Gaspari (2002: 325), citando dados do livro *Dos filhos deste solo* de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio analisa o episódio:

Ibiúna terminou como era de se supor. A polícia sabia local, dia e hora da reunião. Cercou-as com tropas da Polícia Militar na madrugada fria de 12 de outubro. Prenderam toda a UNE, sua liderança passada, presente e futura. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 pessoas, levadas para São Paulo em cinco caminhões do exército e ônibus. O movimento estudantil se acabara. Dele restou um grande inquérito policial, que se transformou em mola para jogar na clandestinidade dezenas de quadros das organizações esquerdistas. Nos seis anos seguintes, militando em agrupamentos armados ou na guerrilha rural, morreriam 156 jovens com menos de trinta anos. Deles, pelo menos dezenove estiveram em Ibiúna¹⁶.

Houve algumas manifestações em favor da liberdade dos estudantes, coibida com grande repressão. No dia 22 de outubro, em uma manifestação em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), Zona Norte do Rio de

Janeiro, os estudantes, como forma de protesto, pretendiam inaugurar a estátua “Liberdade 68”, um boneco de gorila com uniforme de polícia e uma metralhadora no lugar da tocha. Agentes do DOPS que vigiavam o local impediram violentamente a manifestação e durante o embate que se seguiu o estudante de medicina Luís Paulo da Cruz foi atingido por um tiro na cabeça e veio a falecer. A repressão continuou intensa nas semanas seguintes. O contexto político e a prisão das principais lideranças estudantis de todo país fizeram com que as manifestações de rua se tornassem cada vez mais raras.

Durante todo o mês de novembro houve intensa pressão dos comandos militares para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse licenciado pela Câmara dos Deputados para que fosse processado pelos discursos proferidos em setembro. Inúmeros setores das Forças Armadas desejam que o governo endureça o regime.

No dia 10 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) determina a liberação dos estudantes que estavam presos. Três dias depois, em 13 de dezembro, diante da recusa do Congresso Nacional em licenciar o deputado Márcio Moreira Alves para ser processado, o governo, utilizando tal fato como pretexto (ou como gota d’água como preferem alguns), decretou o Ato Institucional nº 5, fechando o Congresso, cassando mandados, decretando o estado de sítio, proibindo qualquer tipo de reunião e criando a censura prévia. A ditadura que era de fato tornara-se também de direito. O “golpe dentro do golpe” como muitos se referem ou a “revolução dentro da revolução” como alguns militares preferem, deu início aos “Anos de chumbo”, período de enfrentamento armado nas cidades e no campo, de prisões, sequestros, mortes, torturas, banimentos e desaparecimentos. Muitos estudantes que nos anos anteriores protestavam contra as condições do ensino e contra o governo, ingressaram na luta armada ou a apoiaram logisticamente. Inúmeros não sobreviveram, outros encontram-se desaparecidos até hoje.

Notas

1 - Depoimento de Daniel Aarão Reis ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 12.

2 - ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007. Página 155.

3 - Depoimento de Franklin Martins ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 11.

4 - No manifesto que integrantes da DI/GB e da Ação Libertadora Nacional (ALN) pedindo a troca do embaixador americano por 15 presos políticos, a DI/GB assinou como MR-8, pois o governo havia anunciado semanas antes que a organização tinha sido desmantelada com a captura de todos seus integrantes. Ao assinar como MR-8 a intenção era desmoralizar o governo. Após este momento a DI/GB passou, definitivamente, a denominar-se MR-8.

5 - Para uma leitura mais aprofundada sobre a AP, a DI/GB e a ORM-POLOP ver: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

6 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Invasão da FNM: 40 anos*. Rio de Janeiro, 2006, p. 31.

7 - Depoimento de Daniel Aarão Reis ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 18.

8 - Depoimento de Jean Marc Van der Weid ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 9.

9 - Depoimento de Vladimir Palmeira ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 9.

10 - Depoimento de Vladimir Palmeira ao autor em 2008.

11- Depoimento de Vladimir Palmeira ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 10.

12 - Depoimento de Franklin Martins ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 14.

13 - Depoimento dado ao autor em 2008.

14 - Depoimento dado ao autor em 2008.

15 - Depoimento de Vladimir Palmeira ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 17.

16 - A nota de rodapé correspondente a esse parágrafo, no que diz respeito à Ibiúna: “Veja, 16 de outubro de 1968, p. 12. Coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, maio de 1985. Para os ônibus e caminhões. Samarone Lima, Zé – José Carlos Novais da Mata Machado, uma reportagem, p. 68. Segundo em delegado do DOPS, em Samarone Lima, Zé, p. 68, o local da reunião era conhecido desde o dia 7.”

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 2007.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (org.) *1968: 40 anos depois: História e Memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. *Estudantes x Polícia: o movimento estudantil da Guanabara e suas manifestações de protesto entre 1964 e 1968*. O olhar do *Correio da Manhã*, do Governo Federal e dos Militares (agosto de 2012., 213 páginas). Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Invasão da FNM: 40 anos*. Rio de Janeiro, 2006.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Recebido em 28/11/2013

